

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2017
(Processo Administrativo n.º 23109.002927/2017-28)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, telefones: (31) 3559-1382, e ainda por intermédio do pregoeiro, ao final identificado, designado pela Portaria nº 390 de 03 de maio de 2017, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 10/10/2017

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

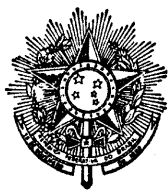
- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de material de manutenção hidráulica, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes no termo de referência, anexo deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. O órgão gerenciador e participante será a Universidade Federal de Ouro Preto.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **máximo quántuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

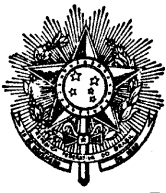
4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicado no item acima:



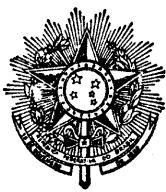
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



- 5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.3. que estejam reunidas em consórcio;
- 5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.6.1. valor unitário e total do item;
- 6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

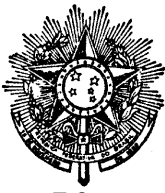
7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



- 7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 7.15. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 7.15.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

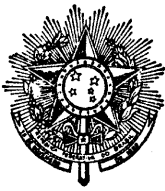
- 8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



- 8.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.
- 8.4.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado Coordenadoria de Suprimentos da UFOP, localizada no prédio do Centro de Convergência, Campus Universitário Morro do Cruzeiro, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP: 35.400-000) e dentro de **04 (quatro) dias úteis** contados da solicitação.
- 8.4.2.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.4.2.2. O critério de avaliação das amostras serão realizados testes práticos dos produtos, a fim de verificar seu padrão de qualidade.
- 8.4.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.4.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.4.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.4.2.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.8. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

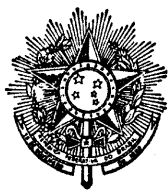
9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

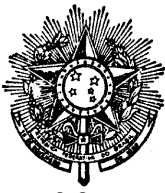
9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



9.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), no prazo de **04 (quatro) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: reginaldo@dof.ufop.br c/c para rosimar@dof.ufop.br e antonio@dof.ufop.br. Caso o Pregoeiro julgue necessário, posteriormente poderá ser solicitado o envio dos documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação via sistema;

9.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.10. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

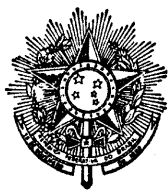
9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. todos os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, sendo os centavos com apenas duas casas decimais. Não serão considerados para efeito de empenhamento, valores cujos preços contenham mais de duas casas decimais, sendo desconsideradas as frações de centavos. Ex: 0,0123, será empenhado 0,01.

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

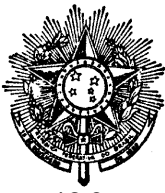
12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

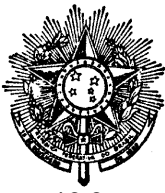
18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

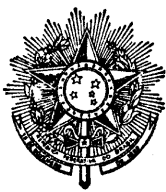
19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

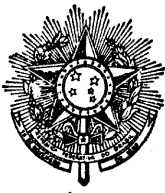
21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário,



observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail reginaldo@dof.ufop.br c/c para csu@dof.ufop.br, rosimar@dof.ufop.br e antonio@dof.ufop.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Coordenadoria de Suprimentos: Centro de Convergência- Campos Universitário - Morro do Cruzeiro - CEP 35400-000 - Ouro Preto- MG.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.ufop.br>, ícone licitações e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto/MG, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 16 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

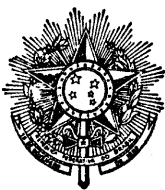
23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.10.2. ANEXO II – Modelo de proposta comercial;

23.10.3. ANEXO III – Ata de Registro de Preços.

Ouro Preto, 04 de setembro de 2017.

Reginaldo Arcanjo Rodrigues
Pregoeiro Oficial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



ANEXO I

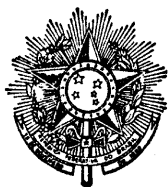
TERMO DE REFERÊNCIA
LICITAÇÃO MODALIDADE DE REGISTRO PREÇO N°. 46/2017

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de manutenção hidráulica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será dividida em itens, e as especificações dos mesmos encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

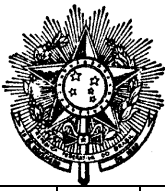
ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
1	20.00	UN	LUVA DE UNIAO GALVANIZADA, COM JUNTA, 1.1/2"	34,00	680,00	153/2017-46
2	30.00	UN	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO 3/4"	3,85	115,50	153/2017-101
3	25.00	UN	LUVA DE CORRER (SOLDAVEL) 25MM	3,92	98,00	153/2017-111
4	80.00	UN	TORNEIRA DE BANCADA PARA PIA, CROMADA, DE 1/2"	57,46	4.596,80	153/2017-85
5	100.00	UN	FITA VEDA ROSCA, MATERIAL TEFLON, COMPRIMENTO 50, LARGURA 18. PRODUZIDA CONFORME NORMA ABNT NBR 13124 CATMAT:319589	4,62	462,00	153/2017-24
6	20.00	UN	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL BOLSA ROSCA 2 1/2- MARCA DE REFERÊNCIA (QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) TIGRE	11,31	226,20	153/2017-6
7	20.00	UN	ADAPTADOR SOLDAVEL BOLSA ROSCA 60MM X 2"	7,20	144,00	153/2017-10
8	10.00	UN	UNIÃO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL MARROM 75MM. CONFORME A NORMA NBR 5648 E NBR 9821 DA ABNT E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DA MESMA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	77,89	778,90	153/2017-123
9	50.00	UN	TORNEIRA PARA LAVATORIO DE MESA - BICA ALTA	50,96	2.548,00	153/2017-87



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



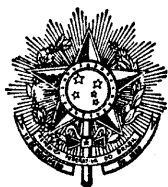
10	15.00	UN	LUVA DE CORRER ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1". APLICAÇÃO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. CATMAT:296006	12,53	187,95	153/2017-119
11	30.00	UN	REGISTRO RAPIDO 1/2" P/ TERMINAL DE MANGUEIRA 3/8"	28,90	867,00	153/2017-65
12	40.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA 1 1/2" MARROM. TAMANHOS E MEDIDAS: 40MM / 1 1/2" PESO UNITÁRIO (KG): 0,039 COMPONENTE(S): PEÇA ÚNICA COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: USADO NA TRANSIÇÃO DE PVC PARA REGISTROS E VÁLVULA DE DESCARGA	3,39	135,60	153/2017-7
13	30.00	UN	ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIAS AV90 PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR: DECA PRODUZIDO E TESTADO CONFORME NORMAS ESPECIFICAS.	6,34	190,20	153/2017-99
14	100.00	UN	ASSENTO UNIVERSAL PARA VASO SANITÁRIO BRANCO. PRINCIPAIS COMPONENTES: RESINA VIRGEM DE POLIÉSTER, PARAFUSOS EM AÇO INOX, CALÇOS EM (PVC) ESPESSURA ROBUSTA PARA EVITAR EMPENAMENTO E EVIDENCIAR A ESTÉTICA.	26,10	2.610,00	153/2017-11
15	20.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA ESGOTO COMPONENTE(S): PEÇA ÚNICA COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: REDUÇÃO DE DIÂMETROS EM REDE DE ESGOTO BOLSA PARA ANEL E PONTA SOLDÁVEL	1,55	31,00	153/2017-12
16	200.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 40MM.	2,03	406,00	153/2017-84
17	10.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 75MM.	4,92	49,20	153/2017-106
18	50.00	UN	JOELHO 45G SOLDÁVEL 20MM MARROM.	1,14	57,00	153/2017-30
19	100.00	UN	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL MARROM 25MM COMPONENTE(S): PEÇA ÚNICA COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: MUDANÇA DE DIREÇÃO EM REDES A 45 GRAUS RESISTENTE AO TEMPO E FEITO COM PRODUTOS DE QUALIDADE PRODUZIDO CONFORME NBR 5648	0,78	78,00	153/2017-124
20	100.00	UN	JOELHO 45G SOLDÁVEL 40MM MARROM.	1,57	157,00	153/2017-25



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



21	200.00	UN	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL MARROM 20MM COMPONENTE(S): PEÇA ÚNICA COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: MUDANÇA DE DIREÇÃO EM REDES A 90 GRAUS RESISTENTE AO TEMPO E FEITO COM PRODUTOS DE QUALIDADE PRODUZIDO CONFORME NBR 5648	0,67	134,00	153/2017-31
22	20.00	UN	LUVA SIMPLES ESGOTO 50MM, MATERIAL PVC.	6,84	136,80	153/2017-44
23	15.00	UN	LUVA DE CORRER ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2". APLICAÇÃO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. CATMAT:253402	11,21	168,15	153/2017-117
24	20.00	UN	LUVA DE CORRER ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 3/4". APLICAÇÃO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. CATMAT:296005	10,78	215,60	153/2017-118
25	150.00	UN	PLUG ROSCA BRANCO 1/2". COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: PARA TAMPAR PONTAS PERDIDAS EM LIGAÇÕES PONTA EM ROSCA MACHO	0,54	81,00	153/2017-55
26	30.00	UN	PLUG ROSCA BRANCO 3/4". COMPOSIÇÃO: PVC FORMAS DE UTILIZAÇÃO: PARA TAMPAR PONTAS PERDIDAS EM LIGAÇÕES PONTA EM ROSCA MACHO	0,84	25,20	153/2017-56
27	10.00	UN	SIFÃO PARA TANQUE 1 1/4 X 2 COMPONENTE(S): PEÇA ÚNICA COMPOSIÇÃO: PVC PRODUZIDO CONFORME AS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14.162, POSSUINDO ADAPTABILIDADE DIMENSIONAL, SELO HÍDRICO E CANECA DE LIMPEZA. TEM TODA A SUA ESTRUTURA FABRICADA EM 100% METAL, NÃO CONTENDO PLÁSTICO CROMADO.	98,91	989,10	153/2017-107
28	20.00	UN	TORNEIRA DE BANCADA PARA LAVATÓRIO, METAL CROMADO, SISTEMA DE VEDAÇÃO EM CERÂMICA, 1/4 DE VOLTA.	71,46	1.429,20	153/2017-69
29	80.00	UN	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA, METAL CROMADO, SISTEMA DE VEDAÇÃO EM CERÂMICA, 1/4 DE VOLTA. LONGA COM AREJADOR.	69,85	5.588,00	153/2017-71
30	50.00	UN	TUBO SOLDÁVEL MARROM 20MMX6M COMPOSIÇÃO: PVC CONDUÇÃO DE ÁGUAS LIMPAS, FLUVIAIS BOLSA SOLDÁVEL E PONTA LISTA. CONFORME A NORMA NBR 5648 E NBR 9821 DA ABNT E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DA MESMA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	10,56	528,00	153/2017-91



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



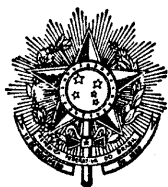
31	50.00	UN	VÁLVULA DE ESFERA 1/2 POL COMPONENTE(S): POSSUI CORPO, ESFERA, ALAVANCA E ORIENTAÇÕES DE INSTALAÇÃO COMPOSIÇÃO: METAL FORMAS DE UTILIZAÇÃO: PARA BANHEIROS E LAVABOS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VEDAÇÃO EM TEFLON PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR DECA. PRODUZIDA CONFORME NORMA NBR 14788.	20,87	1.043,50	153/2017-115
32	50.00	UN	VÁLVULA DE ESFERA 3/4" TAMANHOS E MEDIDAS: 3/4" PESO UNITÁRIO (KG): 0,273 COMPONENTE(S): POSSUI CORPO, ESFERA, ALAVANCA E ORIENTAÇÕES DE INSTALAÇÃO COMPOSIÇÃO: METAL FORMAS DE UTILIZAÇÃO: PARA BANHEIROS E LAVABOS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VEDAÇÃO EM TEFLON	21,64	1.082,00	153/2017-116
33	200.00	UN	CAL HIDRATADA PARA MASSA EM USO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. DIMENSÃO/TAMANHO: SACO 20 KG CAL ADITIVADA QUE MODERNIZA AS ARGAMASSAS DE REBOCO, EMBOÇO E ASSENTAMENTO DE ALVENARIA, TRAZENDO PARA O CONSTRUTOR ECONOMIA, PRATICIDADE E DURABILIDADE DAS OBRAS. NÃO PRECISA CURTIR OU DESCANSAR. PRODUZIDO E TESTADO CONFORME NORMAS E PADRÕES ESPECÍFICOS (ABNT NBR). CATMAT:44776	11,53	2.306,00	153/2017-82
34	200.00	UN	BUCHA PARA TORNEIRA MET/BORRACHA 1/2"	0,92	184,00	153/2017-127
35	50.00	UN	REPARO PARA VALVULA DESCARGA. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR FABRIMAR	32,33	1.616,50	153/2017-79
36	30.00	UN	REPARO PARA VALVULA DESCARGA PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR DOCOL 1 1/4" E 1 1/2", COMPLETO, COM TAMPA EM LATÃO E SEDE.	33,89	1.016,70	153/2017-66
37	50.00	UN	REPARO PARA VALVULA DESCARGA PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR HIDRA-MAX - 1 1/4" E 1 1/2", COMPLETO, ORIGINAL. TAMANHOS E MEDIDAS: 1 1/4" - 1 1/2" PESO UNITÁRIO (KG): 0,099 COMPOSIÇÃO: LIGAS DE COBRE, ELASTÔMEROS E PLÁSTICO DE ENGENHARIA FORMAS DE UTILIZAÇÃO: PARA REPAROS EM VÁLVULA DE DESCARGA	30,00	1.500,00	153/2017-88
38	30.00	PC	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. 40MM X 32MM	4,51	135,30	153/2017-13
39	200.00	PC	BUCHA PARA TORNEIRA METAL/BORRACHA 3/4"	0,34	68,00	153/2017-128
40	25.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 90GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 3/4" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	5,80	145,00	153/2017-109



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



41	10.00	UN	TUBO DE FERRO GALVANIZADO SEM COSTURA DIMENÇÃO/TAMANHO: 1/2" X 6M MATERIAL: FERRO PRODUZIDO E TESTADO CONFORM NORMAS E PADRÕES ESPECÍFICOS.	94,02	940,20	153/2017-76
42	10.00	UN	TUBO DE FERRO GALVANIZADO SEM COSTURA DIMENÇÃO/TAMANHO: 3/4" X 6M MATERIAL: FERRO PRODUZIDO E TESTADO CONFORM NORMAS E PADRÕES ESPECÍFICOS.	101,00	1.010,00	153/2017-77
43	10.00	UN	LUVA DE UNIÃO, DE FERRO GALVANIZADO, 1/2" PRODUZIDA E TESTADA CONFORME NORMAS E PADRÕES ESPECÍFICOS.	20,15	201,50	153/2017-49
44	15.00	UN	LUVA DE UNIÃO, DE FERRO GALVANIZADO, DIMENSÃO/TAMNHO: 3/4" MATERIAL: FERRO PRODUZIDA E TESTADA CONFORME NORMAS E PADRÕES ESPECÍFICOS.	6,15	92,25	153/2017-45
45	10.00	UN	REGISTRO DE ESFERA DE 2", DE BRONZE, PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA DECA, COD. 1552	84,50	845,00	153/2017-58
46	100.00	UN	TORNEIRA ESFERA JARDIM AZUL ARCO 1/2	13,68	1.368,00	153/2017-86
47	20.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA 1 1/4" MARROM	2,28	45,60	153/2017-8
48	20.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA 1" MARROM	1,26	25,20	153/2017-9
49	20.00	UN	JOELHO 45 GRAUS ESGOTO 100MM	5,64	112,80	153/2017-26
50	200.00	UN	JOELHO 90GRAUS ESGOTO 40MM	2,99	598,00	153/2017-83
51	40.00	UN	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA, METAL CROMADO, SISTEMA DE VEDAÇÃO EM CERÂMICA, 1/4 DE VOLTA. CURTA COM AREJADOR.	54,00	2.160,00	153/2017-70
52	80.00	UN	TORNEIRA DE PAREDE LONGA COM TUBO E AREJADOR ARTICULADO, ACIONAMENTO PELO SISTEMA DE ALAVANCA, ACABAMENTO CROMADO. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À FABRIMAR. CATMAT:150473	82,98	6.638,40	153/2017-73



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



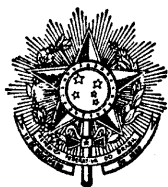
53	30.00	UN	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO 1/2".	4,85	145,50	153/2017-100
54	15.00	UN	UNIÃO PVC SOLDÁVEL MARROM 60MM. CONEXÃO DE TUBOS FABRICADA EM PVC RÍGIDO. CONFORME A NORMA NBR 5648 E NBR 9821 DA ABNT E RESPECTIVAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS DA MESMA E CERTIFICADO PELO INMETRO.	23,00	345,00	153/2017-122
55	30.00	UN	LUVA AZUL COM BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2. MATERIAL PVC E SOLDÁVEL	1,40	42,00	153/2017-42
56	30.00	UN	LUVA AZUL COM BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2. MATERIAL PVC E SOLDÁVEL	2,59	77,70	153/2017-43
57	25.00	UN	LUVA DE CORRER (SOLDÁVEL) 20MM. PVC	2,00	50,00	153/2017-110
58	20.00	UN	LUVA DE CORRER (SOLDÁVEL) 50MM. PVC	9,40	188,00	153/2017-120
59	20.00	UN	LUVA DE CORRER (SOLDÁVEL) 60MM. PVC	13,10	262,00	153/2017-121
60	100.00	UN	NIPLE ROSCÁVEL, MATERIAL PVC, BITOLA 1/2".	4,18	418,00	153/2017-54
61	50.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA, MATERIAL PVC, 25 X 20MM.	0,40	20,00	153/2017-14
62	40.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA, MATERIAL PVC, 32 X 25MM.	0,73	29,20	153/2017-15
63	30.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 110 X 60 MM.	25,30	759,00	153/2017-16
64	10.00	UN	REGISTRO DE ESFERA VS SOLDÁVEL 60MM. MATERIAL PVC	50,80	508,00	153/2017-63
65	30.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 32 X 20 MM.	1,47	44,10	153/2017-17
66	50.00	UN	TUBO SOLDÁVEL MARROM 25MM X 6M. MATERIAL PVC	11,59	579,50	153/2017-78
67	30.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 60 X 25 MM.	7,18	215,40	153/2017-19



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



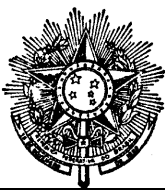
68	25.00	UN	REGISTRO DE ESFERA VS SOLDÁVEL 25MM. MATERIAL PVC	14,67	366,75	153/2017-60
69	25.00	UN	REGISTRO DE ESFERA VS SOLDÁVEL 20MM. MATERIAL PVC	8,38	209,50	153/2017-59
70	10.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 110MM.	37,65	376,50	153/2017-92
71	10.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 85MM.	24,32	243,20	153/2017-98
72	20.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 75MM.	24,55	491,00	153/2017-80
73	10.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 50MM.	2,52	25,20	153/2017-96
74	10.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 40MM.	2,01	20,10	153/2017-97
75	30.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 32MM.	0,75	22,50	153/2017-95
76	30.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 25MM.	0,46	13,80	153/2017-94
77	30.00	UN	CAP SOLDÁVEL, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 20MM.	0,28	8,40	153/2017-93
78	20.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 85 X 60 MM.	14,49	289,80	153/2017-23
79	20.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 75 X 50 MM.	11,84	236,80	153/2017-22
80	20.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 60 X 40 MM.	5,18	103,60	153/2017-21
81	30.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 60 X 32 MM.	7,93	237,90	153/2017-20
82	30.00	UN	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA, MATERIAL PVC, 50 X 32 MM.	4,51	135,30	153/2017-18



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



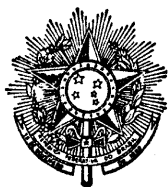
83	20.00	UN	REGISTRO DE ESFERA VS SOLDÁVEL 32MM. MATERIAL PVC	25,15	503,00	153/2017-61
84	10.00	UN	REGISTRO DE ESFERA VS SOLDÁVEL 40MM. MATERIAL PVC	29,00	290,00	153/2017-62
85	20.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA 60MM. MATERIAL PVC	24,32	486,40	153/2017-5
86	30.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA 20MM. MATERIAL PVC	8,95	268,50	153/2017-2
87	30.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA 25MM. MATERIAL PVC	9,45	283,50	153/2017-3
88	20.00	UN	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA 40MM. MATERIAL PVC	11,21	224,20	153/2017-4
89	10.00	UN	TUBO PVC ROSCÁVEL BRANCO, COMPRIMENTO 6,0M, DIÂMETRO 3/4". APLICAÇÃO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA.	19,35	193,50	153/2017-125
90	10.00	UN	TUBO PVC ROSCÁVEL BRANCO, COMPRIMENTO 6,00M, DIÂMETRO 1/2". APLICAÇÃO INSTALAÇÃO HIDRÁULICA.	17,33	173,30	153/2017-126
91	10.00	UN	NIPLÉ DE FERRO GALVANIZADO 3".	45,00	450,00	153/2017-53
92	20.00	UN	NIPLÉ DE FERRO GALVANIZADO 2".	18,00	360,00	153/2017-102
93	10.00	UN	NIPLÉ DE FERRO GALVANIZADO 2.1/2".	35,79	357,90	153/2017-103
94	10.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 90 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 4" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	130,00	1.300,00	153/2017-41
95	15.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 90 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 2.1/2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	56,00	840,00	153/2017-40



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



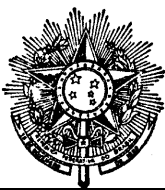
96	15.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 90 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	26,55	398,25	153/2017- 35
97	15.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 90 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 3" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	45,00	675,00	153/2017- 37
98	25.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 45 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 1/2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	15,00	375,00	153/2017- 108
99	10.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 45 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 4" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	131,56	1.315,60	153/2017- 39
100	15.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 45 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 3" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	68,00	1.020,00	153/2017- 38
101	15.00	UN	JOELHO DE FERRO GALVANIZADO, 45 GRAUS DIMENSÃO/TAMANHO: 2.1/2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO PRODUZIDO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49, EN 10242, ABNT NBR 6590, EN 1542.	35,94	539,10	153/2017- 36
102	10.00	UN	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO 4".	57,00	570,00	153/2017- 104
103	15.00	UN	REGISTRO DE ESFERA DE 1.1/4", DE BRONZE, PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA DECA	59,21	888,15	153/2017- 57
104	5.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 4".	54,25	271,25	153/2017- 114
105	30.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 3/4".	4,95	148,50	153/2017- 113



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



106	30.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 1/2".	3,65	109,50	153/2017-112
107	20.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 1.1/2".	14,00	280,00	153/2017-50
108	10.00	UN	REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE 1.1/4". GALVANIZADO	41,44	414,40	153/2017-64
109	10.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 2".	12,65	126,50	153/2017-51
110	30.00	UN	REGISTRO DE ESFERA DE 3/4", DE BRONZE, PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR À MARCA DECA	37,22	1.116,60	153/2017-90
111	10.00	UN	LUVA DE UNIÃO, ASSENTO CÔNICO DE BRONZE DIMENSÃO/TAMANHO: 2.1/2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO, CONFORME ABNT NBR 6590, ISO 5922 E EN 1542. PRODUZIDAS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49 E EN 10242	146,00	1.460,00	153/2017-48
112	10.00	UN	LUVA DE UNIÃO, ASSENTO CÔNICO DE BRONZE DIMENSÃO/TAMANHO: 2" MATERIAL: FERRO GALVANIZADO, CONFORME ABNT NBR 6590, ISO 5922 E EN 1542. PRODUZIDAS EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 6943, ISO 49 E EN 10242	50,00	500,00	153/2017-47
113	10.00	UN	LUVA SIMPLES GALVANIZADA, 2.1/2".	19,22	192,20	153/2017-52
114	10.00	UN	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, HASTE LIGA DE COBRE 2", TERMOPLÁSTICA. DIMENSÕES (MM): -COMPRIMENTO TOTAL: 754 -COMPRIMENTO DA VÁLVULA: 108 -COMPRIMENTO DA ROSCA: 65 -DIÂMETRO DA BOIA: 224 -ALTURA DE FECHAMENTO: 70 PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR MODELO 1350 B - DECA.	123,49	1.234,90	153/2017-68
115	10.00	UN	TORNEIRA BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, HASTE LIGA DE COBRE 1.1/4", TERMOPLÁSTICA. DIMENSÕES (MM): -COMPRIMENTO TOTAL: 608 -COMPRIMENTO DA VÁLVULA: 100 -COMPRIMENTO DA ROSCA: 57 -DIÂMETRO DA BOIA: 212 -ALTURA DE FECHAMENTO: 70 PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR MODELO 1350 B - DECA.	109,60	1.096,00	153/2017-67



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



116	20.00	UN	REGISTRO DE ESFERA BRUTO DE ALTA PRESSÃO PARA GÁS 1/2", MATERIAL AÇO GALVANIZADO.	35,50	710,00	153/2017-89
117	10.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 200MM.	55,08	550,80	153/2017-28
118	20.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 150MM.	30,21	604,20	153/2017-27
119	15.00	UN	JOELHO 90G ESGOTO 150MM.	21,30	319,50	153/2017-32
120	10.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 300MM.	156,00	1.560,00	153/2017-29
121	30.00	UN	JOELHO 45G ESGOTO 250MM.	104,00	3.120,00	153/2017-81
122	5.00	UN	JOELHO 90G ESGOTO 300MM.	191,00	955,00	153/2017-34
123	5.00	UN	JOELHO 90G ESGOTO 250MM.	147,00	735,00	153/2017-33
124	100.00	UN	SIFÃO AJUSTÁVEL MULTIUSO 66CM, MATERIAL POLIPROPILENO, COR BRANCA, TIPO CORPO SANFONADO/FLEXÍVEL, TIPO HASTE ADAPTÁVEL A QUALQUER VÁLVULA E TUBULAÇÃO DE ESGOTO. APLICAÇÃO TANQUE, PIA, LAVATÓRIO.	2,62	262,00	153/2017-105
125	2.00	UN	TUBO DE AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO PROTETOR DE ZINCO (GALVANIZADO) DN 1 1/4" ESPESSURA 3,35MM CLASSE MÉDIA. COMPRIMENTO 6,00M. NORMA ABNT NBR 5580	294,00	588,00	153/2017-74
126	2.00	UN	TUBO DE AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO PROTETOR DE ZINCO (GALVANIZADO) DN 1 1/2" ESPESSURA 3,35MM CLASSE MÉDIA. COMPRIMENTO 6,00M. NORMA ABNT NBR 5580	336,00	672,00	153/2017-72
127	2.00	UN	TUBO DE AÇO CARBONO COM REVESTIMENTO PROTETOR DE ZINCO (GALVANIZADO) DN 2 1/2" ESPESSURA 3,75MM CLASSE MÉDIA. COMPRIMENTO 6,00M. NORMA ABNT NBR 5580	588,00	1.176,00	153/2017-75
128	100.00	UN	ADAPTADOR CURTO SOLDÁVEL PVC (20X1/2")	0,57	57,00	153/2017-1
VALOR TOTAL					R\$ 83.081,85	



2. DESPESA

2.1. A despesa com a presente aquisição está estimada em R\$ 83.081,85(Oitenta e três mil e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Material necessário para atender a manutenção nos Campis.

3.2. Aquisição de material de consumo, garantindo a disponibilidade dos serviços para a Instituição, em apoio às atividades acadêmicas e administrativas. Conforme o Art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013: o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3. O objeto deste pregão se enquadra na hipótese de número dois, visto as aquisições estarem relacionadas ao suprimento das atividades de apoio administrativo da administração.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

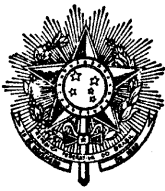
4.1. O Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, traz em seu art.1º, o seguinte: A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art,2º da Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União.

4.2. O citado Decreto Federal enumera uma série de bens e serviços comuns. Essa listagem é importante, pois a modalidade pregão passou a ser a regra geral nas licitações que precedam a celebração de contratos para a aquisição, pela União, de tais bens e serviços. De acordo com Alexandrino:

4.3. “Dentre os bens constante na lista, classificados em bens de consumo e bens permanentes, enumeramos: água mineral, combustíveis, gêneros alimentícios, material hospitalar e de limpeza, uniformes, veículos, automóveis, gás, material de expediente, material hospitalar, médico e de laboratório, drogas e insumos farmacêuticos, mobiliário, etc.”(ALEXANDRINO,2005, p.457). Como é possível constatar na descrição do objeto deste certame.

5. ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1. As estratégias de suprimento estão baseadas na identificação e informações sobre o grupo de suprimento, tais como: os volumes utilizados e consumidos, preços praticados, especificações de qualidade, processos de produção, processos de compras, identificação de possíveis fornecedores, volumes de fornecimento, localização física. Busca-se uma avaliação



continua das estratégias através de reavaliações de tempos em tempos para: detectar alterações de mercado, saber das novas capacidades dos fornecedores, descobrir novos fornecedores, monitorar a evolução dos grupos de suprimentos. O fornecimento do material será efetuado de forma parcelada conforme solicitação da UFOP, obedecendo aos prazos, locais e horários especificados no presente Termo.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, em remessa parcelada, contados do recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço Almojarifado Central, Centro de Convergência- Campus Universitário - Morro do Cruzeiro - CEP 35400-000 - Ouro Preto- MG, no horário de 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira. O fornecedor deverá, antes de efetuar a entrega, entrar em contato com a CSU/Almojarifado pelos telefones (31) 3559-1392/1944 para fins de agendamento.

6.2. O fornecedor deverá comunicar à Coordenadoria de Suprimentos, Centro de Convergência, Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto- MG, CEP 35400-000, por escrito, no prazo máximo de 24 horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega do bem, informando os motivos que impossibilitem o cumprimento do previsto no subitem 6.1.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Os bens deverão ser entregues e acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

6.8. O fornecedor deverá remover, às suas expensas, todo o bem que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

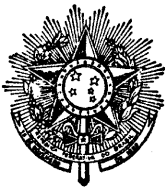
- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de



habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. não manter a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 12.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



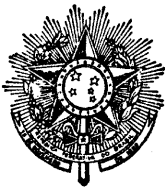
- 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Ouro Preto, 26 de julho de 2017.

Aldo César Andrade Dangelo
Coordenador de Obras e Manutenção

Aprovado por:

Eduardo Curtiss dos Santos
Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 046/2017

Prezados Senhores

Apresentamos nossa proposta de preços para os itens abaixo relacionados objetivando o fornecimento a essa Universidade, de acordo com o disposto no edital licitatório e ordenamentos legais cabíveis.

Declaramos ter total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito.

Razão social:

CNPJ:

Banco:

Agência:

Conta:

Praça de pagamento:

Contato:

Fone:

Fax:

e-mail:

ITEM	QT	UN	DESCRIÇÃO	UN (R\$)	TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
VALOR TOTAL					

- **Transporte, carga e descarga por conta do fornecedor, até o interior do armazenamento da Divisão do Almoxarifado, por ocasião dos pedidos.**
- **Seguro e despesas diretas e indiretas deverão ser inclusos no preço.**
- **Todos os itens do edital e anexos deverão ser considerados para composição do custo.**
- **Deverá ser indicado nome, identificação, cargo e telefone da pessoa para contatos.**

Identificação e assinatura do Proponente

Carimbo do CNPJ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO 046/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Universidade Federal de Ouro Preto, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35400-000, Ouro Preto /MG, telefones: (31) 3559-1377, neste ato representado pelo Diretor de Orçamento e Finanças, Eduardo Curtiss dos Santos, nomeado pela Portaria nº 043, de 29 de janeiro de 2015, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2015, inscrito no CPF sob o nº 919.560.306-97, SIAPE 1.463.810, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 046/2017**, publicada no DOU de __/__/2017, processo administrativo n.º 23109002927/2017-28, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de utensílio doméstico e mobiliário em geral, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº **046/2017**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>).						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

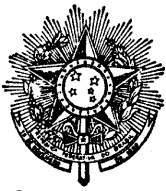
- 3.1. O órgão gerenciador e participante será a Universidade Federal de Ouro Preto.

4. VALIDADE DA ATA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no DOU, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF



6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ouro Preto, de 2017.

Representante Legal do Órgão Gerenciador
Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(s) Registrado(s)